

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura  
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Negociações Internacionais.**

**Período de Análise: 01/07/2016 a 31/07/2016**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Site Eletrônico da ABAG  
Site Eletrônico da CONAB  
Site Eletrônico da CPT  
Site Eletrônico do MMA  
Carta Capital

**Estagiária: Ananda da Silveira**

## **Índice:**

<b>OMC prevê comércio mundial fraco no 2º semestre.</b> Jamil Chade – O Estado de São Paulo, Opinião. 08/07/2016.....	3
<b>Por um acordo de livre-comércio.</b> Renato L. R. Marques – O Estado de São Paulo, Opinião. 08/07/2016.....	4
<b>Queda do dólar desafia superávit recorde.</b> O Estado de São Paulo, Opinião. 08/07/2016.....	6
<b>O futuro da globalização.</b> Albert Fishlow - O Estado de São Paulo, Economia & Negócios. 17/07/2016.....	7
<b>Dívida do Brasil é a que cresce mais rápido na América Latina, diz Moody's.</b> Reuters – O Estado de São Paulo, Economia & Negócios. 20/07/2016.....	10
<b>Brasil foi país que mais aplicou barreiras a importados, diz OMC.</b> Jamil Chade - O Estado de São Paulo, Economia & Negócios. 25/07/2016.....	11
<b>Indústria começa a trocar insumos importados por nacionais.</b> O Globo, Economia. 27/07/2016.....	13
<b>‘É preciso colocar o câmbio num patamar adequado’.</b> Luiz Guilherme Gerbelli – O Estado de São Paulo, Economia. 30/07/2016.....	15

**OMC prevê comércio mundial fraco no 2º semestre. Jamil Chade – O Estado de São Paulo, Opinião. 08/07/2016**

*Entidade, porém, aponta para recuperação do setor de commodities*

GENEBRA - A Organização Mundial do Comércio prevê uma recuperação nas exportações de produtos primários no segundo semestre de 2016, depois de forte quedas nos preços nos últimos anos. Os dados foram publicados nesta sexta-feira. A entidade, porém, alerta que o comércio mundial continuará, de um modo geral, a registrar uma taxa de expansão baixa no terceiro trimestre do ano.

A partir de cem indicadores internacionais, a OMC começa a publicar projeções sobre o que ocorrerá com o comércio mundial nos próximos meses. O índice mede uma série de fatores e todos os resultados abaixo de 100 pontos são considerados como um sinal de que pode haver uma contração nos fluxos em comparação ao trimestre precedente.

De uma forma geral, o primeiro resultado apontou para um índice de 99 pontos, abaixo da tendência do último trimestre e dando sinais de que o comércio pode perder força em julho e agosto. "Atualmente, os dados sugerem que o crescimento do comércio continuará fraco no terceiro trimestre ", disse o diretor-geral da OMC, Roberto Azevêdo.

Os dados foram confirmados pela publicação dos resultados comerciais da Alemanha, a maior economia da UE. Segundo os dados de Berlim, as exportações do país caíram de 101 bilhões de euros em abril para 99 bilhões em maio.

Ainda assim, a projeção é mais positiva que os dados do primeiro trimestre do ano. " Isso sugere que o comércio mundial pode se recuperar no segundo trimestre. Mas as debilidades devem persistir no terceiro trimestre ", explicou a OMC.

Nem todos os setores tiveram o mesmo desempenho. As exportações das maiores economias do mundo voltaram a crescer e terão uma recuperação nos próximos meses.

Mas os dados de transporte aéreo sobre cargas e containers continuam fracos, ainda que com um sinal de estabilização.

A produção e vendas de veículos sofreram queda, depois de uma recuperação no início do ano. O setor de eletrônicos também registrou uma tendência de queda.

Já o comércio de bens agrícolas registrou uma forte expansão, somando 106,5 pontos, acima da média.

As projeções feitas em abril pela OMC apontaram que o comércio mundial terá uma expansão de apenas 2,8%, bem abaixo da previsão inicial de 3,9%. Em 2015, a taxa já havia sido de apenas 2,8%, a pior em anos.

Para 2017, a previsão é de uma expansão de 3,6% no mundo. Mas bem abaixo da média de 5% ao ano na década de 90.

---

**Por um acordo de livre-comércio. Renato L. R. Marques – O Estado de São Paulo, Opinião. 08/07/2016**

A projetada saída do Reino Unido da União Europeia (UE) não altera substancialmente as condições em que se darão as negociações do acordo de livre-comércio entre o Mercosul e a UE, embora certamente introduza alguns complicadores e presumíveis adiamentos. A UE – cuja prioridade já eram os entendimentos com os EUA – terá de definir um novo regime para o Reino Unido (na sua dimensão atual ou outra que surja da opção escocesa de manter seus laços com Bruxelas).

Em que pese esse quadro, o Mercosul (coletivamente ou por país) continuará preocupado em afetar o mínimo possível sua base industrial pouco competitiva e a UE permanecerá aferrada à defesa de seu mercado agrícola, fortemente protegido pelas regras e disciplinas da Política Agrícola Comum (PAC). Para alcançar um acordo cada um dos atores teria de superar persistentes questões estruturais:

- No Brasil, veiculam-se frequentes críticas à incapacidade dos sucessivos governos de abrir novos mercados. O que desconsidera aspectos importantes de nossos limites negociais, impostos pela falta de competitividade da indústria nacional. Ao setor têxtil debita-se boa parte do fracasso do acordo com a Índia; ao petroquímico, os inconclusos entendimentos com Estados árabes do Golfo. Os setores siderúrgico, eletroeletrônico, de informática e de bens de capital parecem pouco propensos a aceitar uma menor proteção tarifária. As montadoras receiam a concorrência de suas matrizes. O famigerado custo Brasil, a carência inovadora e a retração da atividade econômica no País nos últimos anos certamente não contribuíram para novos investimentos, nem para incrementar nossa capacidade de enfrentar a competição com os importados, em muitos casos de

melhor qualidade, quase sempre de menor preço e eventualmente dotados de condições mais favoráveis de financiamento.

- No Mercosul, o Brasil é o país com a estrutura produtiva mais diversificada, o que faz nossos interesses nem sempre serem coincidentes dentro do grupo. Alguns parceiros poderiam legitimamente ser mais receptivos a demandas europeias de inclusão de manufaturados na pauta. Essa postura não avançou, no passado recente, porque a Argentina, no período Kirchner, adotou uma atitude assumidamente protecionista (o que evitou que pagássemos o preço político de algumas recusas). Hoje a Argentina busca uma reaproximação com o mercado mundial e restabelecer vínculos de confiança com as instituições financeiras internacionais, como forma de atrair investimentos. Com isso as dificuldades negociais brasileiras tenderão a tornar-se mais ostensivas. Além disso, existe o fator Venezuela. Mesmo que esse país não participe das negociações, os acordos subscritos terão, a rigor, de contar com seu beneplácito para ser adotados por consenso pelo Mercosul, como determina o Tratado de Assunção. O mesmo valeria para eventuais acordos individuais, por país, celebrados com base numa propalada reforma da Decisão 32, que estabelece o compromisso de “negociar de forma conjunta acordos de natureza comercial”, como corresponde a uma união aduaneira – condição que, ao longo do tempo, vem sendo acusada de ter decrescente funcionalidade para os interesses nacionais. Verifica-se assim uma perceptível tensão entre nosso desejo de preservar condições preferenciais de mercado para nossos produtos industriais na região e nossa propalada busca de novos mercados externos, alegadamente comprometida pelos constrangimentos da união aduaneira. Restaria a possibilidade de buscar entendimentos em temas que ainda não são da competência exclusiva do Mercosul (não o são justamente por sua sensibilidade, como compra governamentais e investimentos).

- A coesão negocial do Mercosul seria mais seriamente testada se a UE adotasse atitude construtiva (o que é obstaculizado pela ação de 13 de seus 28 membros, avessos à inclusão de itens como carne e etanol e contrários a qualquer debilitamento de sua parafernália protecionista, como os famigerados “direitos variáveis”, que blindam a PAC). Essa defesa de sua onerosa atividade agrícola tenderá a tornar inviável um trade-off, seja porque o mercado de manufaturados do Mercosul não será atraente o suficiente para justificar o desmantelamento do protecionismo agrícola (um dos pilares do projeto europeu original), seja porque concessões importantes nessa área comprometeriam, por simetria, a posição negociadora da UE nos mega-acordos em curso com os EUA, por

exemplo. Além disso, os investimentos industriais europeus no Brasil já lhes permitem desfrutar posição privilegiada de acesso, como no caso do setor automobilístico – cuja presença no Brasil decorre justamente da alta tarifa de importação imposta a terceiros (da ordem de 35%). Eliminá-la poderia acarretar o risco de desinvestimentos no setor, nas atuais condições desfavoráveis de funcionamento da economia.

- A saída do Reino Unido tenderá a fortalecer os setores protecionistas dentro da UE, não constituindo assim fator de estímulo ao acordo com o Mercosul. De toda forma, seu peso não era suficiente para determinar os rumos da negociação. Sua influência será mais no sentido de desviar momentaneamente a atenção da UE de negociações comerciais externas.

Em suma, a ênfase na rápida conclusão de um acordo de livre-comércio, com todo o seu complexo cardápio de disciplinas adicionais (barreiras técnicas, comércio de serviços, compras governamentais, procedimentos alfandegários, propriedade intelectual), pode apresentar riscos políticos indesejáveis caso não se alcance um improvável êxito no curto prazo. A ausência de acordo sofreria críticas não só por se tratar de um renovado fracasso, mas também por significar manter o Brasil à margem dos grandes arranjos econômicos regionais. O que seria uma importante reversão de expectativas e – nessa lógica – usado pelo “antigo regime” para “legitimar” seu discurso em favor da opção terceiro-mundista pelo eixo Sul-Sul.

Renato L. R. Marques é embaixador aposentado, foi negociador do Mercosul (1989/99) e secretário de Comércio Exterior (1993)

---

### **Queda do dólar desafia superávit recorde. O Estado de São Paulo, Opinião. 08/07/2016**

O saldo positivo da balança comercial atingiu US\$ 3,9 bilhões em junho e o recorde de US\$ 23,6 bilhões no primeiro semestre, tornando mais provável o superávit anual de US\$ 50 bilhões previsto pelo Banco Central, por consultorias econômicas e pelas autoridades do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic). Dúvidas recentes quanto ao vulto e à tendência do saldo no médio e longo prazos decorrem da valorização do real, que desestimula as exportações, e dos efeitos sobre o comércio global da saída do Reino Unido da União Europeia, mais difíceis de avaliar.

Junho foi apenas o terceiro melhor mês do ano para as exportações pelo critério de média por dia útil, de US\$ 761 milhões, inferior em 9% à média diária de US\$ 836 milhões em maio. As vendas dependeram de produtos semimanufaturados, como açúcar em bruto, ouro e óleo de soja em bruto.

Em relação a junho de 2015, caíram tanto as exportações de manufaturados (óleos combustíveis, motores, aviões, automóveis, autopeças, óxidos e hidróxidos de alumínio) como de produtos básicos (petróleo em bruto, café em grãos, soja em grãos e farelo, fumo em folha e minérios de ferro e de cobre). O aumento das exportações para México, Canadá, Comunidade Andina e Oceania não compensou a queda de vendas não só para a Ásia em geral (-22,1%) e a China em particular (-16,2%), como para os Estados Unidos, o Mercosul (para a Argentina a queda foi de 9,5%), União Europeia, África e Oriente Médio. Quedas menores foram registradas entre os primeiros semestres de 2015 e 2016, quando cresceram, por exemplo, as vendas para a China e o Japão.

O recuo das importações decorrente da recessão continua sendo o grande responsável pelo superávit. Mas, ao contrário das exportações, as importações reagiram em junho: a média por dia útil foi de US\$ 580 milhões, 9,5% acima da de maio, de US\$ 530 milhões. O maior aumento foi de bens de capital, ou seja, importou-se mais para investimento.

A desvalorização do dólar de 9,8% no segundo trimestre e de 21,3% no primeiro semestre pode ter efeito mais rápido sobre as importações, principalmente de itens de consumo. Sinal disso, as compras de alimentos e bebidas para consumo doméstico cresceram 19,8% entre junho de 2015 e junho de 2016.

As exportações reagem com mais atraso às oscilações cambiais. O Banco Central parece atento para o risco de valorização excessiva do real.

---

### **O futuro da globalização. Albert Fishlow - O Estado de São Paulo, Economia & Negócios. 17/07/2016**

*Determinar qual será a nova relação do país com a Europa, e lutar para que sejam minimizadas as consideráveis consequências políticas e econômicas negativas serão tarefas difíceis*

Os últimos tempos têm testemunhado impressionantes mudanças em todo o mundo. Às vezes, o foco no que está ocorrendo no Brasil – um caso considerável – faz com que não se perceba a rapidez com que o renascimento do nacionalismo está acontecendo. Mas, ocasionalmente, não deixa de haver também um elemento cômico, shakespeariano talvez, nessa tragédia. Em primeiro lugar, a recente decisão britânica de sair da União Europeia. O desligamento se dará com a nova primeira-ministra, Teresa May, que ocupará o cargo de David Cameron, que queria que o reino Unido permanecesse na UE. Entre as mudanças no gabinete conservador está a nomeação de Boris Johnson como ministro do Exterior, após sua derrotada para Teresa May.

Agora começa a parte realmente complexa. Determinar qual será a nova relação do país com a Europa, e lutar para que sejam minimizadas as consideráveis consequências políticas e econômicas negativas serão tarefas difíceis. Nos dois anos que decorrerão até o estabelecimento do status final do Reino Unido, a Escócia, que votou em grande parte a favor da permanência na UE, ameaça abandonar o Reino Unido, assim como a Irlanda do Norte. Muitos imigrantes europeus que vivem no Reino Unido por suas oportunidades de emprego estão reavaliando as vantagens de permanecer no país. Além disso, o papel de Londres como centro financeiro da UE se tornou incerto, uma vez que muitas empresas estudam a possibilidade de se transferirem para Paris ou Frankfurt.

Em segundo lugar, os Estados Unidos estão dando rapidamente as costas ao livre-comércio, a uma maior integração da região do Pacífico, e à intervenção no Oriente Médio. Em vez disso, suas atenções se voltam para a questão interna da raça. Há pouco mais de uma semana, duas cidades testemunharam o assassinato de afro-americanos pela polícia, e as dúvidas a respeito da validade de tais ações aumentaram com a divulgação das gravações feitas por celulares. Por outro lado, cinco policiais brancos foram mortos por um jovem afro-americano que serviu no Afeganistão, e que decidiu reagir a este e a outros casos de violência policial.

Embora desde os anos 50 tenha havido importantes realizações, a ampliação da segregação geográfica e a disparidade na educação bem como a crescente disparidade da renda continuam sendo os principais problemas que se colocam para o presidente a ser eleito em breve (Donald Trump???).

O Japão também fez uma eleição. O primeiro-ministro Shinzo Abe obteve ampla vitória no Senado. Embora tenha manifestado o desejo de apoio para poder levar a cabo sua



política econômica, adiando o aumento dos impostos, permitindo um orçamento suplementar e um maior impulso monetário, seu objetivo é bem maior. Uma mudança do Artigo 7 da Constituição permitiria uma presença militar mais ativa fora do país. Conseguir essa mudança não será fácil. Muitos japoneses, inclusive alguns que votaram no Partido Liberal Democrático, continuam criticando essa solução. Abe tem uma difícil tarefa política pela frente, e mais dois anos antes que as próximas eleições mostrem o sucesso das medidas econômicas por ele implantadas.

A economia continua enfrentando dificuldades, e a parceria Trans-Pacífico parece ainda mais improvável. Serão necessários melhores resultados no plano econômico como primeiro passo para alcançar seu objetivo político. Convém observar que os japoneses, que há 25 anos proclamavam o Japão como maior país do mundo, em seguida entraram num relativo declínio.

E temos o problemático Oriente Médio, que se estende do Mediterrâneo ao Afeganistão. A Turquia expulsou o embaixador de Israel, e o chanceler egípcio visitou Jerusalém. Netanyahu agora ocupa o cargo de chanceler, e permite que seu turbulento parceiro político de direita, Avigdor Lieberman, chefe o Ministério da Defesa. Os sunitas sauditas (wahhabis) continuam preocupados com o Irã xiita, enquanto a guerra prossegue na Síria, governada por Bashar al Assad, um alauita (xiita) que também tem o apoio da Rússia.

Aviões russos e americanos deveriam atacar o Estado Islâmico, mas existem provas de que os sunitas sírios são também um alvo russo. O Iraque se prepara para avançar sobre Mossul e libertar a cidade conquistada pelo EI. Curdos iraquianos terão papel importante nessa iniciativa, enquanto a Turquia intensifica a campanha militar contra a própria população curda. No Afeganistão, está a importante resistência taleban que se apossou de uma porção considerável do país, às vezes, penetrando pela fronteira com o Paquistão, um concorrente na produção e exportação da matéria prima da papoula para a fabricação de heroína, fonte fundamental de receitas para afegãos.

Os EUA retiraram grande número de suas tropas estacionadas na região, que havia sido modestamente incrementadas pouco antes, e ainda tentam encontrar solução para esta situação quase impossível. Ao mesmo tempo, os cinco membros do Conselho de Segurança, mais a Alemanha, negociaram com o Irã um tratado nuclear ao qual muitos senadores americanos (e Trump) se opõem veementemente.

Finalmente, há o Brasil, prestes a receber grande número de estrangeiros no Rio para os Jogos Olímpicos de agosto, que enfrenta simultaneamente a doença provocada pelo zika vírus, a depressão econômica, a votação do impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff no Senado (e talvez outra sobre a situação do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha) e um governo em exercício. O problema fiscal está no centro dos atuais problemas econômicos brasileiros, consequência de enormes gastos governamentais não declarados e duvidosos no passado recente. Ao mesmo tempo, Michel Temer e seu ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, tentarão controlar o déficit acumulado e a crescente dívida pública.

A questão é quantas dessas metas serão alcançadas antes das eleições de 2018. A projeção do déficit para 2017 é menor do que muitos assessores políticos queriam, e supõe a capacidade de gerar receitas por meio de uma política de privatizações e do ingresso de recursos enviados ao exterior por segurança. Mas há outras questões relacionadas ao Mercosul. Em primeiro lugar, o chanceler José Serra tenta impedir que a Venezuela assuma por seis meses a presidência do bloco de cinco países. Em segundo lugar, ele tem trabalhado intensamente para obter a adesão dos EUA a uma maior integração comercial, invertendo a política que há muito tempo visa a minimizar o acordo hemisférico. Ambas as questões têm profundas consequências.

Poderá a Venezuela de Maduro, já conturbada pela oposição interna e pela queda do consumo da classe pobre, continuar contando com o Brasil como aliado? Conseguirá uma nova ênfase no acordo comercial bilateral ter consequências imediatas dada a evidente relutância dos EUA a manterem seu compromisso com um comércio mais livre? O que está ameaçado em todas essas questões, e em outras mais, é o futuro da globalização econômica e política como objetivo central nos últimos 70 anos, desde a fundação de instituições internacionais como ONU, Banco Mundial e FMI. O mundo voltará a ser constituído por unidades nacionais competitivas e divididas ou será que a integração global sobreviverá e ganhará mais vigor?

---

**Dívida do Brasil é a que cresce mais rápido na América Latina, diz Moody's.**  
**Reuters – O Estado de São Paulo, Economia & Negócios. 20/07/2016**

*Em comunicado, agência alerta que, apesar de indicador ser baixo no contexto global,*

*proporção da dívida externa em relação ao PIB vai continuar crescendo se a economia contrair mais*

A agência de classificação de riscos Moody's disse nesta quarta-feira, 20, que a dívida do Brasil é a que cresce mais rapidamente na América Latina. Em dez anos, a relação entre a dívida externa e o Produto Interno Bruto (PIB) do País passou de 22% em 2005 para 38% em 2015, destaca um comunicado da agência.

"Apesar de ser um nível relativamente baixo dentro do contexto global, a proporção vai continuar crescendo se a economia do Brasil contrair mais", disse a Moody's no relatório, que também aponta a dívida externa do México como uma das que cresce mais rápido.

A agência apontou ainda que as economias emergentes estão ficando cada vez mais vulneráveis a choques externos após uma década de aumento da dívida.

No relatório, a Moody's disse esperar que o crescimento econômico global permaneça fraco no médio prazo e que os preços das commodities fiquem baixos por vários anos, o que deve afetar a receita em dólares e acumulação de reservas de países exportadores de commodities.

"O potencial de desaceleração no fluxo de capitais, caso os juros nos Estados Unidos continuem a subir, também exacerbaria a situação da dívida nas economias emergentes", disse a Moody's documento.

A dívida externa total dos mercados emergentes e de fronteira - definida como a dívida de residentes em um país com não residentes - quase triplicou, passando de US\$ 3,0 trilhões em 2005 para US\$ 8,2 trilhões no final de 2015, disse a agência, acrescentando que o aumento foi liderado pelo setor privado.

Desde 2005, a dívida externa privada cresceu a um ritmo anual de 14,3%, comparado a 5,9% da dívida externa do setor público.

---

**Brasil foi país que mais aplicou barreiras a importados, diz OMC. Jamil Chade - O Estado de São Paulo, Economia & Negócios. 25/07/2016**

*Nos últimos três anos, País somou 15% de todas medidas restritivas estabelecidas pelas diferentes economias; tendência, porém, foi de queda em 2015*

GENEBRA - Nos últimos três anos, o Brasil foi o país que mais adotou barreiras antidumping contra produtos importados, somando 15% de todas medidas restritivas estabelecidas pelas diferentes economias. Quem traz a constatação é o próprio diretor-geral da OMC, o brasileiro Roberto Azevedo e que, em seu informe publicado nesta segunda-feira, apela para que governos abandonem as tentações protecionistas e "resistam" a planos de impor novas medidas.

Entre 2013 e 2015, 112 medidas antidumping foram iniciadas pelo Brasil. "Isso representa 15% de todas as investigações", apontou a OMC. A entidade, porém, admite que a tendência no País tem sido de queda. Em 2013, foram 54 investigações, contra 35 em 2014 e 23 em 2015. Ainda assim, o Brasil ficou na terceira posição no ano passado.

O governo brasileiro, por exemplo, iniciou metade de todos os casos de antidumping no setor de plásticos e borracha no mundo, com 57. Foram ainda 22 no setor de produtos químicos.

No período avaliado pela OMC, o segundo governo que mais medidas aplicou foi o dos EUA, com um total de cem investigações abertas. A terceira colocação ficou com a Índia, com 97 casos, seguida da Austrália, com 52 investigações. Nos últimos anos, um salto importante foi registrado ainda no Paquistão ou Tailândia.

Nesta segunda-feira, em um discurso perante os membros da OMC, Azevedo insistiu em pedir para que os governos "resistam às pressões protecionistas". "O informe mostra sinais preocupações na taxa de novas medidas restritivas ao comércio", disse. Segundo ele, a média de novas medidas a cada mês é a maior desde 2011. "Esperamos que isso não seja um indicador do que está por vir e claramente precisamos agir", afirmou. No total, 154 medidas restritivas foram impostas no comércio mundial entre outubro de 2015 e maio deste ano.

Isso significou 22 novas barreiras por mês, bem acima das 15 mensais registradas em 2015. "No atual ambiente, o aumento de restrições comerciais é a última coisa que a economia global necessita", disse. Sua preocupação é que tal tendência possa ter um impacto negativo nos fluxos de comércio, com efeitos no crescimento da economia e na criação de postos de trabalho.

"Estamos vivendo um período de volatilidade econômica e baixa taxa de crescimento", disse. "O crescimento do comércio deve ficar abaixo de 3% em 2016, fazendo do ano o

quinto consecutivo com uma expansão abaixo de 3%", alertou o brasileiro. "Salvo a recuperação imediatamente depois da crise financeira, esse é o nível mais fraco de crescimento de comércio em 30 anos. Essa situação exige nossa atenção e ação", insistiu.

Outra preocupação de Azevedo é quanto à retirada de medidas que eram consideradas como temporárias. Das mais de 2,8 mil restrições criadas pelos governos de 2008, apenas 25% delas foram suspensas. "Temos a preocupação relativa ao aumento dos estoques de medidas depois de 2008", disse o brasileiro. "O informe sugere que essa tendência pode estar continuando", alertou.

Segundo o levantamento, o estoque subiu em 11% no mesmo período. "Portanto, o número de medidas adotadas hoje é de pouco mais de 2,1 mil", constatou. No período avaliado entre o final de 2015 e maio de 2016, a OMC contou 132 barreiras retiradas por diferentes governos, em uma média de 19 por mês.

Trump. Para Azevedo, a melhor garantia contra o protecionismo é o fortalecimento do sistema multilateral do comércio. O recado foi dado um dia depois que Donald Trump, candidato à presidência dos EUA, indicou que, se eleito, poderia retirar o governo americano da OMC.

O brasileiro não comentou as declarações do americano. "Todos sabemos que fazer campanha e governar não são as mesmas coisas", disse o diretor de Comunicações da OMC, Keith Rockwell.

---

## **Indústria começa a trocar insumos importados por nacionais. O Globo, Economia. 27/07/2016**

*Substituição é estratégia para reduzir custos de produção*

BRASÍLIA - A valorização do dólar diante do real e a retração do mercado interno impulsionaram as exportações e reduziram as importações da indústria de transformação brasileira. A conclusão é da publicação Coeficientes de Abertura Comercial do primeiro semestre de 2016, divulgada nesta quarta-feira pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Conforme a publicação, nos últimos 12 meses encerrados em maio deste ano, o Coeficiente de Exportação, indicador que mostra a participação das vendas externas no valor da produção da indústria de transformação, ficou em 15,8% a preços constantes

(excluídos os efeitos de variações dos preços), maior do que os 14,2% registrados em 2015. Isso reflete o crescimento das quantidades exportadas pela indústria de transformação, conforme a CNI.

Por outro lado, o estudo mostra que a participação dos importados no consumo nacional caiu pelo segundo ano consecutivo. O Coeficiente de Penetração de Importações a preços constantes recuou de 17,2% em 2015 para 16,5% nos 12 meses terminados em maio deste ano. Além disso, a indústria está substituindo insumos importados por nacionais. O Coeficiente de Insumos Industriais Importados a preços constantes caiu de 24,6% em 2015 para 23,6% nos 12 meses encerrados em maio deste ano. A substituição dos insumos industriais importados por nacionais é uma estratégia da indústria para reduzir os custos de produção, pois a alta do dólar encareceu as importações.

"A forte depreciação do real em 2015 — a moeda doméstica depreciou-se 28,8% em termos reais frente ao dólar, em um contexto de desaceleração da demanda doméstica, reforçou o movimento de queda da participação de importados no consumo doméstico", avalia a CNI.

De acordo com o estudo, o saldo entre a receita obtida pela indústria de transformação com as exportações e as despesas com a importação de insumos industriais, ambos medidos em relação ao valor da produção, está aumentando. O Coeficiente de Exportações Líquidas a preços correntes (sem descontar o efeito das variações de preços) aumentou de 4,1% em 2015 para 6,6% nos últimos 12 meses encerrados em maio de 2016.

"O saldo positivo significa que a receita com exportações da indústria de transformação supera o gasto com insumos industriais importados. Esse resultado reflete a reação das exportações, estimuladas pela taxa de câmbio competitiva, em um contexto de desaceleração do mercado interno, e o desestímulo às importações", analisa a CNI.

A partir desta edição, o estudo realizado em parceria com a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex) deixa de ser trimestral e passa a ser semestral e agrega os indicadores a preços constantes, que excluem o efeito de variações nos preços e na taxa de câmbio sobre a evolução dos coeficientes. A metodologia também mudou para aperfeiçoar o cálculo dos coeficientes.

**‘É preciso colocar o câmbio num patamar adequado’. Luiz Guilherme Gerbelli – O Estado de São Paulo, Economia. 30/07/2016**

*Segundo economista, para crescer, País tem de dar condições para que as empresas busquem o mercado externo*

Um grupo de economistas que se denomina novos desenvolvimentistas enxerga no comércio internacional o caminho para o Brasil deixar de ser um país de renda média. “O empresário precisa ter condições de competir no exterior com uma rentabilidade adequada”, diz o economista Nelson Marconi. “Uma das coisas que precisam ser feitas é colocar a taxa de câmbio no patamar adequado.” Em parceria com Luiz Carlos Bresser-Pereira, ex-ministro da Fazenda, e José Luis Oreiro, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Marconi lançou nesta semana o livro *Macroeconomia Desenvolvimentista – Teoria e Política Econômica do Novo Desenvolvimentismo*. Críticos da atual valorização do câmbio, eles se espelham no crescimento dos países asiáticos como uma fórmula para o Brasil. A seguir trechos da entrevista.

De um ponto de vista histórico, o desenvolvimentismo clássico foi importante num determinado momento, mas tinha uma série de proteções. Era uma outra visão de mundo. Hoje não estamos defendendo uma estratégia protecionista. Muito pelo contrário. Acho até, por exemplo, que as tarifas de importação podem baixar se o câmbio estiver no lugar certo. A preocupação com a responsabilidade fiscal, no passado, também era pequena.

Qual são os objetivos do livro?

O livro traz uma discussão teórica sobre políticas macroeconômicas que podem levar ao desenvolvimento de países de renda média, como é o caso do Brasil. Há 40 anos, o País tinha uma renda per capita maior do que a maioria dos países asiáticos. Nesse período, perdemos o bonde e vários deles passaram à nossa frente. A política macroeconômica tem determinadas características para viabilizar o desenvolvimento.

Quais seriam essas políticas?

A gente começa o livro contando que o processo de desenvolvimento é um processo que chamamos de sofisticação da estrutura de produtividade. Ou seja, direcionar a produção para os setores que geram bens com maior valor adicionado per capita. E aí não é só a

indústria, mas é todo o setor de serviços modernos que está interligado com a indústria. Pode vir junto também a cadeia que está no agronegócio, pode vir a cadeia do petróleo, mas todos, de certa forma, estão ligados à indústria. O processo de desenvolvimento envolve o direcionamento para esses setores que geram maior valor.

Como um país deixa esse quadro de renda média?

São duas possibilidades. Ou o país faz isso por meio do gasto público ou pela busca de mercados externos. O gasto público tem limite. Veja a situação atual do governo. Essa é uma característica importante da nossa teoria: manter a responsabilidade fiscal é fator fundamental no processo de desenvolvimento. Então, vamos buscar mercados externos. O empresário precisa ter condições de competir no exterior com uma rentabilidade adequada. E uma das coisas que precisa ser feita é colocar a taxa de câmbio no patamar adequado.

O que seria um patamar adequado?

O governo tem de fazer uma política que permita que essas empresas tenham rentabilidade adequada. E aí não é política de subsídio. É política macroeconômica. São cinco preços importantes: câmbio, juros, taxa de lucro, salários e a inflação. A gente mostra que a taxa de câmbio é há muito tempo valorizada neste País. Ela fica lá embaixo e aí inviabiliza esses setores mais sofisticados. E, quando isso ocorre, o país entra numa regressão da estrutura produtiva e cresce menos.

O governo deveria, então, intervir no câmbio?

Imagina a situação de um importador ou um exportador. Se o câmbio fica oscilando, um exportador não sabe qual será a rentabilidade, e um produtor para o mercado interno não sabe se o importador vai trazer um produto por um valor mais baixo do que o seu. Então, precisa ter um controle sobre o preço. A taxa de juros também é um preço importante e é administrada o tempo inteiro. Por que não vai administrar a taxa de câmbio, um preço tão importante ou até mais? Quando você olha o mercado financeiro, alguma volatilidade é importante, porque é o que vai gerar o ganho ou a perda dos investidores. Do lado da estrutura produtiva, qualquer produtor vai querer a estabilidade da taxa de câmbio. E, se não intervém, não consegue controlar isso.

O sr. acredita que o BC esteja usando o câmbio para segurar a inflação?



Hoje está usando, claramente. Nós fazemos um cálculo de qual seria essa taxa que garantiria a rentabilidade. Estamos em R\$ 3,67. A gente pode errar um pouco o número, mas é alguma coisa próxima disso. Você perdeu o ajuste. Houve um custo para se fazer o ajuste que está se jogando fora.

Algum país adotou esse modelo e foi bem-sucedido?

A referência mais forte são os países asiáticos. Eles tiveram uma política macroeconômica correta e colocaram o câmbio no lugar. Você olha para o caso da Coreia, de Taiwan, adotaram esse modelo e conseguiram fazer esse salto e alcançar os mais ricos.

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,  
Fábio Luiz Búriço, Georges Flexor, Jorge Romano,  
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,  
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,  
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

**Assistentes de Pesquisa**

José Renato S. Porto

**Secretária**

Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**cpda** **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**  
**em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**  
**UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa